

NOME PRÓPRIO E REGIMES SEMIÓTICOS

NOM PROPRE ET RÉGIMES SÉMIOTIQUES

Tradução do original francês: **François RASTIER**

Nom propre et régimes sémiotiques (inédit) por

Flaviano Batista do Nascimento
e Maria de Fátima B. de M. Batista

Resumo. Na tradição lógica gramatical, o nome próprio foi, durante muito tempo, o modelo de signo linguístico, o que permanece nas indexações documentárias. Entretanto, este perdeu seu caráter excepcional desde a formação da linguística histórico-comparada que redefine o signo linguístico não como um sinal, nem como um index, mas como um símbolo, caracterizado pela dualidade conteúdo/expressão (Saussure). Estes regimes semióticos podem ser reativados em situações particulares, mas de maneira subordinada à função simbólica. A questão do caráter plurisemiótico das línguas recebe, assim, uma resposta parcial.

O conceito de palavra foi desenvolvido a partir do nome próprio: na Grécia pré-socrática, *onoma* designava o nome pessoal, transmitido pelo pai e que pode sobreviver à sua morte. Por extensão, ele designou os nomes que chamamos substantivos e, depois, pouco a pouco, todo o conjunto das palavras.

A prevalência do próprio nome não acabava aí. Reinou durante séculos na silogística e, de um modo mais geral, na lógica das classes (“Sócrates é um homem...”).

O seu exemplo alimentou milenares concepções referenciais de significação. Elas subtenderam a problemática logico-gramatical que tão bem prevaleceu – apesar de algumas críticas ao Renascimento, de Lorenzo Valla a Luis Vivès – que se prolongou nas gramáticas gerais da idade clássica, dos Senhores de Port-Royal aos Ideólogos.

A formação da linguística histórica e comparada, no final do século XVIII, iria abalar, teoricamente, as evidências da denotação. Mas, apoiada na distinção entre léxico e gramática, a imagem escolar da língua como inventário de palavras e de regras não foi substituída e conheceu o reforço chomskysmo e suas sequelas – ver como exemplo Steven Pinker, *Words and Rules: The Ingredients of Language* (Harper, 1999 e 2011).

Por outro lado, para as concepções formais da linguagem a que Chomsky deu um lustre inigualável, uma palavra é uma cadeia de caracteres. O restante pertence ao domínio do conceito, ou seja, da cognição. O nome próprio, portanto, corresponde, sempre, à imagem lógica ou psicológica ideal da unidade-palavra: autônoma, referencial, quase insensível ao contexto e ao texto.

Esta imagem resplandece, agora, com a omnipresença das palavras-chave, cuja semiótica permanece, no entanto, muito distante do símbolo linguístico na acepção saussuriana do termo. Entre os seis milhões de palavras-chave que o Google vende todos os dias, muitos são nomes próprios, incluindo nomes de marcas e os algoritmos de

busca privilegiam, obviamente, palavras-chave para o acesso a todos os documentos, aos documentos científicos compostos.

Por conseguinte, teorias do tratamento informático de dados como aquelas das “*Entidades nomeadas*” encontram, há décadas, um grande sucesso, pois basta resumir um texto com as suas palavras maiúsculas para singularizá-lo e reencontrá-lo facilmente. Isto dispensa, além disso, a análise da sua estrutura e do seu conteúdo e, *a fortiori*, a sua interpretação. Assim, uma onomástica sumária pode ser suficiente para privar-se de todo o conhecimento linguístico.

Isto significa que existe, ainda, um enorme trabalho a fazer para reintegrar o nome próprio na diversidade das categorias morfológicas, para restaurar a sua polissemia ou, mais precisamente, para implantar a variedade das suas acepções, em função do contexto, do texto e do *corpus*: que são, com efeito, os três patamares constituintes do sentido, uma vez que este é feito de diferenciação em cada um dos patamares.

Num primeiro momento, é preciso pôr fim à divisão, de fato, mas sem fundamento teórico garantido, entre o dicionário geral e o dicionário dos nomes próprios. Desde que a diferença entre os nomes próprios e os substantivos comuns não seja de natureza, mas de grau e que o seu significado seja atribuído pelos mesmos tipos de percursos interpretativos, nada impede que sejam tratados em conjunto num novo tipo de dicionário. Com efeito, a partir do momento em que os dicionários de língua e os dicionários de nomes próprios se abrem ao espaço comum das normas, pode-se esboçar uma nova lexicografia, inspirada pelos progressos da lexicologia.

Em seguida, convém deixar as aplicações lexicográficas para se retornar a uma teoria lexicológica. Com efeito, no próprio seio da linguística, seria desejável opor, mais claramente, a abordagem lexicográfica, engajada numa teoria do signo, à abordagem lexicológica, engajada numa teoria do texto. Tal abordagem conduz a contextualizar os nomes próprios de forma a mostrar como o seu conteúdo se constrói por determinações sucessivas que permitem tantas propagações de semas por aferência¹. O exemplo dos nomes dos atores narrativos e, nomeadamente, dos personagens de romance, justifica desenvolvimentos nesta direção. A abordagem lexicológica baseia-se, com efeito, na descrição das funcionalidades textuais.

Então, pode-se estabelecer que a categoria dos nomes próprios encontra-se muito menos circunscrita do que se pensa. Por exemplo, a lua é considerada um nome próprio, porém as luas de Júpiter são substantivos comuns. A própria lua é precedida de um determinante e admite epítetos, mais facilmente, do que Marte ou Vênus, se bem que ela figure como nome feminino no *Petit Robert* da língua francesa, como também naquele dos nomes próprios: o primeiro multiplica os contextos, enquanto que o segundo descreve as características físicas deste astro isolado sem mencionar emprego algum.

No entanto, as relações contextuais dos nomes próprios, quer sejam semânticas ou expressivas, não se distinguem das outras lexias. Em suma, se o nome próprio é uma lexia como outra qualquer, ela se reveste de todas as dimensões da língua, da contextualidade

1 Os semas aferentes são os semas propagados pelo contexto (ver *Sémantique interprétative*, Paris, PUF, 1987, c. 3).

sintagmática às relações paradigmáticas. E de fato, em todas as línguas, os nomes próprios estão definidos em paradigmas diferenciados.

Como então justificar o caráter excepcional atribuído ao nome próprio? Vamos formular uma hipótese semiótica. Toma-se como dado adquirido que o sinal linguístico releva apenas um único estatuto semiótico. No entanto, as línguas têm, sem dúvida, uma heterogeneidade semiótica: nas condições contextuais e textuais ordinárias, as lexias revestem-se do estatuto linguístico de símbolo saussuriano.²

Em outras condições, no entanto, podem assumir o status de um sinal: por exemplo, o sinal *Fogo!* - que pode perfeitamente ser substituído por um apito ou por um gesto. Nesta medida, os performativos são sinais codificados: o seu caráter estático, nomeadamente nos rituais, subtrai deles às transformações contextuais que fazem de cada ocorrência um símbolo um hápax.

Em outros contextos, ainda, uma lexia pode revestir-se do estatuto de um índice: por exemplo, quando se faz a chamada, cada pessoa deve reagir ao ser pronunciado seu nome. A mesma função de índice pode ser assegurada por um algarismo do qual se fez um número de identificação. Trata-se, então, de um funcionamento codificado - como no caso dos sinais - mas não do funcionamento próprio de um sistema linguístico, porque as línguas, pela sua própria criatividade, diferenciam-se fundamentalmente dos códigos. Ao contrário das palavras de um texto, as palavras-chave, como vimos, são utilizadas não como símbolos, mas como índices ou identificadores na bibliografia.

Assim, uma unidade documental (cadeia de caracteres ou sinal sonoro) pode assumir diferentes regimes semióticos conforme os contextos e as situações: a cada regime corresponde um modo genético, um estatuto semiótico e um modo hermenêutico.

A confusão que reina em semiótica das línguas parece ter, há muito, obscurecido estas questões: por exemplo, a diferença entre uso e menção, apesar de fundamental desde «De Dialectica», de Santo Agostinho, escrita antes de sua conversão, assegura que a lexia, utilizada como símbolo, seja objeto de um uso, enquanto que ela pode, também, ser utilizada como sinal e reduzir-se assim a uma expressão (ex. *sal* tem três letras).

Em meio aos símbolos linguísticos que compõem uma frase ou um texto, encontram-se, também, índices e sinais que não são, todavia, signos distintos, mas sim usos sinalizadores ou indexicais de símbolos linguísticos. A estes usos correspondem práticas hermenêuticas diversas, verificando-se agora que os leitores das gerações anteriores, habituados aos percursos de varredura rápida na tela fazem, nos textos, uma hermenêutica da palavra-chave, tão literal quanto indiferente ao implícito.

A originalidade da semiótica (ou «semiologia») saussuriana foi romper com a semiótica lógica, de Locke a Peirce e, além disso, fundamentar sua reflexão nas conquistas epistemológicas da linguística. A extensão da linguística à semiótica não tem nada de unilateral e resta-nos prever um percurso inverso que volte da semiótica englobante à linguística e conduza ao reconhecimento da diversidade semiótica dos usos linguísticos.

2 Os símbolos formais da lógica e da matemática estão sob um regime semiótico muito diferente, e não trataremos deles aqui.

- a. Do ponto de vista evolucionista, os sinais são, sem dúvida, os mais antigos entre os animais superiores, mamíferos, aves e cefalópodes. Eles são usados, maciçamente, em sociedades animais, notadamente os gritos ou assobios de alerta que, em algumas espécies, podem ser declinados de acordo com o grau de gravidade (pelo número de repetições, por exemplo) e a própria natureza do perigo: no mono de Campbell, os gritos não são os mesmos, conforme se refiram a uma águia ou a uma serpente e, ao ouvi-los, os seus semelhantes olham para o céu ou para o solo. Os sinais são também o principal meio de comunicação com os animais domesticados, que interpretam como sinais os signos linguísticos escolhidos pelo seu «mestre». Na comunicação entre humanos, os sinais podem ser organizados em códigos: do código Morse aos pavilhões da marinha. Os códigos de sinal podem ser complexos para gerar sequências de operações estritamente normalizadas, como é o caso do código informático.
- b. Em contrapartida, os índices não estão em uso nos animais superiores e continuam a ser característicos do homem. Já antes da fase linguística propriamente dita, sem dúvida, preparando-a, o bebê começa a apontar objetos para os adultos; e autores como Lev Vygotski ou Boris Cyrulnik viram nisso o nascimento do sentido. Os índices que não estão organizados em códigos fixados *a priori* têm o estatuto de “pistas”: os alvos das relações indiciárias estão sub-especificados e só podem ser aproximados por inferências conjecturais. Os sinais indexicais nas línguas funcionam como os outros, são tomados em paradigmas e determinados para efeitos de contexto, mas podem, além disso, remeter a outros sinais, vizinhos ou não.
- c. Todavia, o símbolo continua a ser característico das línguas humanas, por duas razões principais: a formação de paradigmas que estruturam inventários de diferenças definidoras e a variabilidade dos contextos que fazem, de cada correspondência de uma expressão e um conteúdo, um acontecimento único³. Em outras palavras, segundo a teoria saussuriana das dualidades, o conteúdo e a expressão de um signo linguístico não são grandezas autônomas, nem sequer separáveis, mas a mesma realidade descrita de dois pontos de vista complementares. Em contrapartida, o sinal e o índice são puras «expressões»: não estão associados a um significado, mas referem-se a uma objetivação qualquer, que pode ser um predador, um congénere, uma presa, ou mesmo, no homem, uma ação a realizar ou um objeto simbólico, como uma palavra, por exemplo.

Em suma, o sinal pode ser objeto de um comportamento reflexivo, daquilo que Russell chamava de *inferência animal*: ele é, assim, parte da zona identitária do entorno dos animais superiores e dos seres humanos. O índice permite uma associação com a zona proximal, mas se limita a esta zona e, no seu uso pré-linguístico, só pode ser interpretado em relação à situação imediata. Por fim, o símbolo permite aceder à zona distal: mais precisamente, a zona distal é instituída e constituída por encadeamentos de símbolos, como os textos e outras performances semióticas, nomeadamente científicas, artísticas ou religiosas.

3 Esta dimensão da ausência, própria da cognição humana, está, sem dúvida, ligada ao desenvolvimento do córtex pré-frontal. Para uma discussão, ver *Faire Sens. De la cognition à la culture*, Paris, Garnier, 2018, II, ch. 3.

As línguas e os textos conservam, nas suas manifestações simbólicas, vestígios dos sinais e dos índices que os precederam, tanto na filogênese como na ontogênese; mas os funcionamentos sinaléticos e indexicais permanecem então sob a reação do funcionamento simbólico.

As reminiscências dos estados anteriores da semiogênese não implicam que as línguas tenham uma ancoragem referencial: existe uma autonomia e uma legalidade próprias do mundo semiótico, mas ele contém em si os meios de suas relações com o mundo físico e com o mundo das representações.

A definição acolhedora do sinal como remissão, *aliquid stat pro aliquo*, que Umberto Eco propunha em 1974 para fundar ou reformular a semiótica não esconde suas origens escolásticas. Ela condiz com a concepção antiga do signo como índice, o *sêméion* (σημεῖον), que prevalecia na retórica, nomeadamente judicial, e servia para a prova. Ela se adequa, também, ao dualismo semiótico que separa o sensível e o inteligível, fazendo do significado uma «espécie ingerida pelos sentidos» do significado, compreendido como uma «coisa» que vem «ao espírito» (*De Dialectica*, V). Mas o símbolo linguístico, tal como é definido por Saussure, não separa por uma relação de referência, um *aliquid* de outro *aliquid*. : Ao contrário, une-os numa dualidade que pode, certamente, parecer paradoxal, mas já não tem nada em comum com a relação de encaminhamento própria dos sinais e dos índices.

Pode-se nomear *simbolização* o movimento que coloca os sinais e os índices sob a retidão dos símbolos, para constituir performances semióticas complexas, obras que instituem mundos. Os sinais e os índices já não se referem a entidades extra-semióticas ou pelo menos extralinguísticas, mas a símbolos, o que completa a autonomia do semiótico e contribui para edificar a zona distal, independente do “aqui/agora”, que singulariza o ambiente humano (veja o autor, *loc. cit.*).

Centrando a linguística no «aqui/agora» e colocando a compreensão da linguagem sob a reação de uma microsociologia, a pragmática, ao contrário, participou do movimento geral de dessimbolização. Com efeito, ela transpôs as teorias da comunicação de que derivam as hermenêuticas da palavra-chave. Por seu turno, as semânticas de denotação participaram do mesmo movimento radicalizado pela teoria da designação rígida de Saul Kripke, em *Naming and Necessity*. Restituir todas as dimensões simbólicas do próprio nome faz participar então de um programa de ressimbolização, restabelecendo a autonomia do simbólico e da sua legalidade própria. Isto implica que seu valor de símbolo linguístico do nome próprio tem primazia sobre o seu valor designativo quando utilizado como índice ou sobre seu valor referencial quando este é empregado como sinal.